Jornal de Três Marias/MG - Agosto de 2011 - Ano I - Edição 07 - EDIÇÃO ESPECIAL DA CPI - Tiragem: 5.000 exemplares - R\$ 1,00 O jornal da verdade

Ana Paula abre o jogo



Parte do relatório da CPI causa revolta na cidade

Páginas 5, 6 e 7

"Antes eram três pessoas. Agora são quase cem" Luis Nascimento Gaia

Páginas 8 e 9

Prefeito questiona isenção de empresa de auditoria contratada pela Câmara

Páginas 10 e 11





Editorial

O jornal da verdade

O Jornal de Três Marias se consolidou como o jornal da verdade. Isso foi ouvido nas ruas. As pessoas já nem falam Jornal de Três Marias. Preferem simplificar dizendo: - É aquele que diz a verdade?

Antes o slogan era 'A serviço do cidadão'. A partir desta edição passa a ser 'jornal da verdade'. No fundo quer dizer a mesma coisa: estar a serviço do cidadão, é o mesmo que privilegiar a verdade.

Um jornal tem que produzir conhecimento, levar a informação até as pessoas de forma clara e cristalina. Sem tentar mascarar nada. A maturidade acontece é assim: isenção total na abordagem dos fatos.

Esta edição é especial. O JTM acompanhou a CPI instalada na Câmara Municipal antes de ela nascer. A conclusão dos trabalhos e a leitura do relatório final da CPI mereciam uma edição especial. Em sinal de respeito aos atores sociais envolvidos no processo, mesmo que estejam sendo acusados de alguma coisa. Não se pode fazer pré-julgamento de pessoas supostamente envolvidas. Quem decide culpa ou inocência de cada um é a Justiça.

Nesta edição especial o JTM ouviu a maioria das pessoas. A entrevista de Ana Paula representa o posicionamento de uma mulher que se sente injustiçada, apesar de reconhecer a sua parcela de culpa.

A matéria sobre a participação da família Gaia se justifica pelas atitudes que tiveram em todo o processo desde o início. Criaram fatos relevantes que exigiam ser tornados públicos.

O papel do relator da CPI, Sebastião da Fonseca Leal, foi muito importante para que se chegasse ao final. Assim como a participação dos outros membros da CPI, Sebastião Gonçalves e Lourinaldo Lucena (ITA).

Ao Jornal de Três Marias não interessa a filiação partidária ou a tendência de cada um: se é da base de apoio do governo ou se é oposição.

A entrevista do prefeito Adair Divino da Silva é um fato importante. Acusado de oito irregularidades, tornou obrigatória a busca de um posicionamento para que ele se manifestasse e apresentasse a sua



posição diante dos fatos.

Em resumo: o JTM procurou ouvir todas as partes, pois é assim que se atinge a isenção completa.

Os anunciantes merecem uma explicação especial. Esta é uma edição especial e faz parte do que se chama jornalismo puro, a essência do jornalismo investigativo. A nossa edição 'normal', vai circular no início de setembro. Com se trata de um assunto polêmico, que envolve a vida política da cidade, o JTM preferiu deixar a critério de cada anunciante a participação ou não nesta edição.

A conclusão da CPI representou um momento importante na vida da cidade, pois ela foi instalada por causa do clamor popular.

Com isso a cidade amadureceu – todos amadureceram - e sabem que esta página precisa ser virada. Agora é com a Justiça. Três Marias caminha no sentido de adquirir uma identidade própria. Em busca do aperfeiçoamento da democracia e da liberdade de opinião e de expressão.

O jornal da verdade está aí para dar vazão aos sentimentos e expectativas do cidadão, das pessoas.

Expediente

Conselho Editorial:
Pedro Fonseca, Bruno Rafael Souza Nascimento,
Sânzio Nascimento e Guilherme Brandão Minassa
Diretor de planejamento e redação: Pedro Fonseca – 16.254/MG
Editor responsável: Guilherme Brandão Minassa – 03029 MG JP
Projeto Gráfico: Sânzio Corrêa Nascimento
Colaboração no projeto gráfico: Adones Estáquio de Carvalho
Revisão: Júnia de Carvalho Barros

Impressão: Sempre Editora LTDA.



Jornal de Três Marias Ltda ME CNPJ: 13.552.627/0001-05 Inscrição estadual: 001763917.00-10

Rua John Kennedy, 36, 10. andar - Centro - CEP: 39.205-000
Três Marias/MG - fone: 38-995,5068 | 38-3754.2423
jornaldetresmarias@jornaldetresmarias.com.br
www.jornaldetresmarias.com.br



Terra Construções e Incorporações Imobiliárias Ltda.

CNPJ: 12.446.328/0001-15 - Ins. Est. 0016522730.00.26

Tells (EE) E7/54-5209

- 🔷 Compra e venda de imóveis
- Regularização de loteamento Pré existente
- Georeferenciamento de propriedade rural
- Administração de imóveis
- Serviços de despachante documentalista de imóveis
- Construção e Reforma de imóveis

e-mail: terracimoveis@hotmail.com



No celular da Ana Paula as mensagens de Ludiane:

"colocou os tres mil?"

"paula to tentando te ligar e nao consigo

é sobre o dinheiro me liga'

Em 16 de agosto de 2011 Ana Paula Aparecida Moreira esteve na redação do Jornal de Três Marias e entregou ao jornalista Pedro Fonseca cópias dos documentos relativos ao seu envolvimento no processo de corrupção instalado na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Três Marias.

A equipe do JTM confirmou que os documentos entregues são verdadeiros: Ana Paula realmente fez uma série de transferências de valores para Ludiane Gomes do Nascimento e Lucimeire Gomes do Nascimento e havia constante comunicação entre elas por telefone.

As mensagens no celular

As duas mensagens no celular de Ana Paula foram explicitas. A primeira foi enviada às 07h48min do dia 28 de dezembro de 2010 e a segunda no dia seguinte, 29 de dezembro de 2010, às 05h27min ainda mais objetiva. Ambas foram enviadas do mesmo número de celular: 038-9194.7582, pertencente à Ludiane.

Cheques nominais

Vários cheques nominais foram emitidos por Ana Paula tendo como beneficiada Ludiane Gomes do Nascimento. Os valores são significativos. A maioria deles de dois mil reais.

Contrariando o que afirmam algumas fontes ligadas à CPI que apura ir-

regularidades na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Três Marias, que dizem não ter encontrado nenhuma ligação entre Ana Paula e Lucimeire Gomes do Nascimento, um dos cheques foi nominal à irmã de Ludiane. Tem o valor de R\$1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais) e o número AA-00036, liquidado em 4 de fevereiro de 2010.

Transferências

As transferências de valores entre Ana Paula e Ludiane foram mais constantes. No mês de julho de 2010 Ana Paula fez três transferências de R\$1.000,00 (um mil reais) para Ludiane, nos dias 20, 21 e 30. Neste mês havia recebido o valor de R\$4.630,14 (quatro mil seiscentos e trinta reais e quatorze centavos) a título de remuneração/salário. Como transferiu três mil reais, sobraram-lhe apenas R\$1.630,14 (um mil seiscentos e trinta reais e quatorze centavos).

Observou-se que, quando Ana Paula recebia salários maiores, o valor das transferências aumentava, ficando entre R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e dois mil reais aproximadamente.

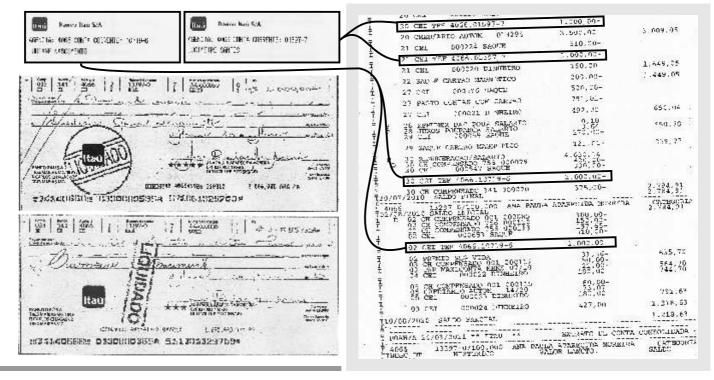
Em janeiro deste ano, a remuneração de Ana Paula foi de R\$1.547,66 (um mil, quinhentos e quarenta e sete reais e

sessenta e seis centavos). Transferido para Ludiane um mil reais, restaramlhe apenas R\$547,66 (quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos), menos de um terço do seu salário líquido.

Estas informações constam do extrato bancário de Ana Paula e confirmam que ela não usufruiu do dinheiro excedente que recebia – repassava o valor integral, ou até mais, para Ludiane. Aparentemente era usada para abastecer de dinheiro as irmãs Gaia, seja através de transferência entre contas ou emissão de cheques nominais.

Ana Paula sempre disse que foi ameaçada o tempo todo, mas reconhece que saber isto não a exime de sua responsabilidade nos fatos. ▶

Abaixo uma cópia do extrato bancário de Ana Paula, com destaque para as transferências no valor de R\$ 1.000,00 para Ludiane e Lucimeire.



04

Como tudo começou?

"No primeiro salário que recebi já veio um acréscimo que devolvi aos cofres públicos. A partir daí foi só ameaça" Ana Paula

Da redação

Em entrevista ao Jornal de Três Marias, Ana Paula esclarece pontos importantes de seu envolvimento no esquema das irmãs Gaia.

JTM: Como tudo isso começou? Ana Paula: No primeiro salário que recebi já veio um acréscimo que devolvi aos cofres públicos. A partir daí foi só ameaça.

JTM: Que dia você foi demitida? AP: Foi no dia 4 de abril de 2011 que a dra. Cássia veio à minha casa. Foi dentro da minha casa.

JTM: Eo prefeito também te ouviu? AP: Ouviu duas vezes: a versão da mentira e a versão da verdade. Ele disse que ia deixar para a administração do hospital resolver. Depois que me demitiu, dra. Cássia prometeu que ia me recontratar. Afirmou que, se a

JTM: Porque você mentiu para o prefeito?

Ludiane voltasse, eu voltaria também.

AP: Porque fui ameaçada pela Ludiane e Lucimeire. Fui obrigada a mentir para não perder meu emprego.

JTM: Você recebeu uma citação. De que se tratava?

AP: Era uma citação extrajudicial para devolver o dinheiro a mais que era creditado na minha conta: mais de noventa mil reais. Foi a Ivelony do departamento jurídico que me entregou o documento.

JTM: Você tem dívidas?

AP: Devo mais de cem mil reais de empréstimos que tirei para elas em meu nome. Tudo era sacado na boca do caixa e eu entregava o dinheiro vivo para elas. Hoje estou com nome no SERASA e no SPC, sem emprego e não sei o que fazer da minha vida.

JTM: A Ludiane foi demitida na semana passada. Como você vê essa demissão?

AP: Ela vai continuar recebendo de outro lugar. Aposto que ela será contratada em outro lugar, você vai ver.

JTM: Qual é o seu sentimento sobre tudo isso?

AP: Não consigo ser feliz. A minha felicidade era trabalhar no hospital. A minha vida era aquilo ali. Amo aquele lugar até hoje. Me vi no meio do turbilhão e não tinha como sair, entende?

Ana Paula começou a chorar e não conseguiu terminar a entrevista.

O documento ao lado prova a devolução do valor excedente que Ana Paula recebeu no primeiro salário.

Por iniciativa própria, ela devolveu o valor aos cofres públicos. A partir daí ela foi procurada pelas irmãs Gaia que passaram a ameaçá-la. ■

Transcrição do documento:

DECLARAÇÃO

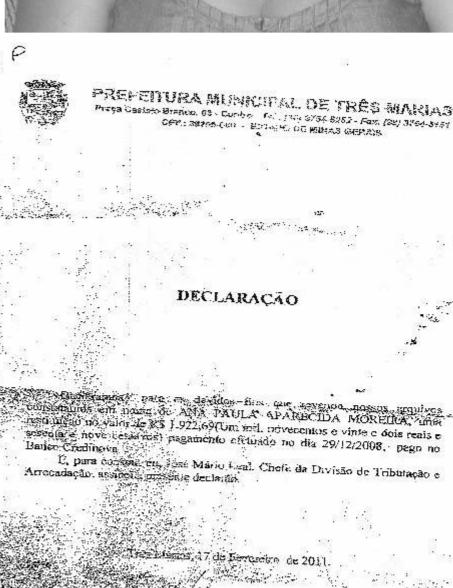
Declaramos para devidos fins que revendo nossos arquivos constatamos em nome de ANA PAULA APARECIDA MOREIRA, uma restituição no valor de R\$ 1.922,69 (Um mil, novecentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos) pagamento efetuado no dia 29/12/2008, pago no Banco Credinova.

E, para constar, eu, José Mário Leal, Chefe da Divisão de Tributação e Arrecadação, assinei a presente declaração.

Três Marias, 17 de fevereiro de 2011.

José Mário Leal







A CPI passo a passo

Tudo começou no dia 18 de março quando o prefeito exonerou duas funcionárias da alta administração da cidade.

A primeira denúncia

O prefeito foi para as emissoras de rádio e afirmou: - caso existam outros casos, serão exonerados sumariamente. A caneta que nomeia é a mesma que exonera. O Promotor de Justiça dr. José Antônio Freitas Dias Leite instaurou Inquérito Civil Público, acatando representação do Sindicato do Servidores Públicos de Três Marias, para apurar as denúncias.

A tentativa de instalar uma CPI

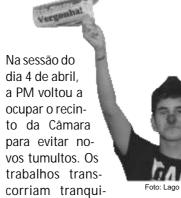
No dia 21 de março a Câmara Municipal tentou instalar uma CPI com o objetivo de apurar as denúncias. Assinaram o requerimento quatro vereadores; Eduardo Pereira Barbosa, Lourinaldo Lucena (ITA), Thaís Kênia Castelo Branco e Sebastião da Fonseca Leal. Para evitar a instalação CPI faltaram àquela sessão cinco vereadores: Luis Nascimento Gaia, Júlio Murilo Messias dos Santos, Sebastião Gonçalves, Mozair Esteves e Aristides de Oliveira, alegando motivo de saúde. A ausência deles fez com que a crise se ampliasse e tomasse uma grande proporção. A CPI foi criada, mas não foi instalada por falta de quórum.

A reunião do dia 28 de março

Mais de 300 pessoas compareceram à Câmara Municipal de Três Marias no dia 28 de março. Todos os presentes assistiram à reunião mais tumultuada já realizada na cidade. O presidente da Câmara, Luis Nascimento Gaia, visivelmente transtornado não consequiu conduzir a reunião até final. Meteu os pés pelas mãos e alterou a Comissão três vezes. Acabou saindo escoltado por seguranças da casa. A Polícia Militar teve que assumir o comando da Câmara para conter o tumulto iniciado com as agressões que o presidente, Luís Nascimento Gaia provocou ao se dirigir aos presentes de forma agressiva e desrespeitosa. Dessa vez compareceram todos os vereadores.

No dia seguinte, 29 de março, finalmente foi designada a comissão definitiva: presidente, Sebastião Gonçalves; relator, Sebastião da Fonseca Leal; e membro, Lourinaldo Lucena.

Fantasiados de palhaços



los, quando, ao final da sessão, dois jovens, de forma surpreendente para todos, colocaram narizes de palhaços e exibiram a edição do JTM que tinha a manchete 'Vergonha' em letras garrafais. Depois deste ato de protesto saíram silenciosamente do recinto.

A demissão de Ana Paula

No dia 4 de abril, Ana Paula, a enfermeira que foi usada como 'laranja' no esquema de corrupção montado na prefeitura, foi demitida. O escândalo se ampliava e tomava um rumo inesperado. Mais uma vez o prefeito foi para as emissoras de rádio para comunicar o fato. Na televisão exibiu os contracheques com os valores recebidos pela enfermeira.

A ação de busca e apreensão na prefeitura



O prefeito Adair Divino da Silva ficou sabendo de uma tentativa de fraude na folha de pagamento, trancou a sala da Divisão de Recursos Humanos e levou a chave para casa. No dia seguinte procurou o Promotor de Justiça dr. José Antônio Freitas Dias Leite. O prefeito Adair Divino da Silva afirma: - procurei o promotor na sua casa, tomei café da manhã com ele e o informei sobre o fato. Diante disso, o promotor propôs uma ação de busca e apreensão na prefeitura. Autorizado pela Juíza de

Direito, dra. Arlete Aparecida Silva Coura, a ação foi realizada no dia 14 de abril. Ao mesmo tempo foi realizada a mesma ação na Memory Informática, prestadora de serviços à prefeitura, em Belo Horizonte. A ação do promotor foi sigilosa e apanhou a cidade de surpresa com a presença de mais quatro promotores e reforço da Polícia Militar de Curvelo.

O trabalho da CPI

Depois da ação de busca e apreensão, a presença de populares nas sessões da Câmara caiu vertiginosamente. No dia 25 de abril havia apenas dez pessoas assistindo o trabalho dos vereadores. Os membros da CPI começaram a tomar os depoimentos das pessoas envolvidas no dia 27 de abril. A primeira a ser ouvida foi Ana Paula Aparecida Moreira, a enfermeira.

O bloqueio de bens pela Justiça

No dia 16 de maio a Justiça decretou o bloqueio de bens e quebra do sigilo bancário de cinco servidores. O pedido foi feito pelo Promotor de Justiça. Ficaram com os bens indisponíveis as seguintes pessoas: Euzenir Rodrigues Brandes, secretária municipal de Saúde; Lucimeire Gomes Nascimento; Ludiane Gomes Nascimento; Antônio Marcílio da Silva e Ana Paula Aparecida Moreira.

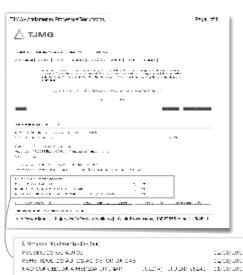
A 'quase' saída do Promotor de Justiça

No início do mês de junho foi anunciada a transferência do Promotor de Justiça dr. José Antônio Freitas Dias Leite, para a Comarca de Curvelo. Depois quinze dias de especulações sobre os motivos da sua saída, inclusive com a notícia de que um vereador teria realizado uma festa e afirmado: - já vai tarde, vai pela sombra, o Promotor de Justiça decidiu permanecer em Três Marias. No dia 21 de junho concedeu

entrevista à rádio 87 FM – publicada na íntegra por este jornal – onde declarou: - Eu nunca vi ninguém tirar promotor de comarca alguma. O que vejo é juiz afastando prefeito, promotor denunciando prefeito.

Lucimeire entra com mandado de segurança

Mais um capítulo da crise mereceu destaque especial neste jornal: a tentativa de Lucimeire Gomes Nascimento de ter acesso a todos os depoimentos colhidos pela CPI, quando teve a sua solicitação negada pela Câmara. Por causa disso entrou com mandado de segurança contra a CPI. O mandado de segurança foi julgado no dia 11 de agosto e não foi concedida a liminar.



Link para acesso ao processo: http://www.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resulta do.jsp?listaProcessos=11002265&comrCodigo= 58&numero=1

Ampliação

A demissão de Ludiane

No dia 18 de agosto Ludiane Gomes Nascimento deveria voltar ao trabalho. Por decisão do prefeito foi demitida no dia 17. O prefeito preferiu fazer isso em função dos fatos graves que aconteceram naquela semana.

A conclusão da CPI

O relatório da CPI foi apresentado no dia 22 de agosto e foi aprovado por unanimidade pelos nove vereadores. As informações mais importantes da apuração realizada por uma auditoria externa estão presentes nesta edição especial do Jornal de Três Marias.

Acompanhe os principais pontos apontados pelo relatório nas páginas 6 e 7. ▶



Relatório da CPI aponta uma série de irregulares

O suposto prejuízo aos cofres públicos foi de 383 mil reais. Prefeito foi indiciado

Ao contrário do que se esperava, a reunião ordinária da Câmara Municipal de Três Marias realizada no dia 22 de agosto foi uma das mais tranquilas dos últimos tempos. Com a expectativa de uma grande presença de populares foi montado um aparato policial para garantir a segurança. A assessoria da casa providenciou um datashow e instalou um telão na área externa da Câmara com o objetivo de criar uma oportunidade para que os presentes assistissem a sessão. Nada do que foi previsto aconteceu. A presença do público nem chegou a lotar o espaço da platéia. Pouco mais de 60 pessoas estiveram presentes à sessão. Os vereadores da base governista que pareciam que não iam estar presentes - Mozair Esteves, convalescente de uma angioplastia realizada no dia 18 resolveu participar da reunião e Luís Nascimento Gaia, que tinha anunciado uma possível ausência alegando uma consulta médica que teria sido marcada há nove meses também surpreendeu com a sua presença. A reunião começou com a leitura da ata anterior e logo a seguir foi iniciada a leitura do relatório, um calhamaço de 82 páginas.

O relator da CPI, Sebastião da Fonseca Leal iniciou a leitura do documento sem que fosse levantada nenhuma questão de ordem. Tudo em perfeita paz. Parecia até que tinha sido feito um acordo prévio entre as bancadas. O público desconfiado esperava que tudo terminasse em 'pizza', um reflexo da opinião manifestada por populares em uma amostragem realizada pelo repórter do Jornal de Três Marias no centro da cidade.



De 20 pessoas ouvidas, 14 manifestaram a opinião de que a CPI não ia dar em nada, ou acabaria em 'pizza'. Três disseram que la resultar em alguma coisa e três afirmaram que não sabiam e não queriam saber. Em termos percentuais o resultado da pequena pesquisa dizia o seguinte: 70% das pessoas não acreditavam que a CPI apresentaria o resultado que a cidade esperava. 15% tinham alguma esperança. E outros 15% não estavam nem ai para o assunto. Mais uma vez este resultado foi contrariado pelos fatos. No plenário da Câmara o ambiente não era diferente.

O presidente Luis Nascimento Gaia se encontrava aparentemente desinteressado, provavelmente sabendo o que iria acontecer com as duas filhas, Lucimeire e Ludiane, envolvidas no escândalo. Os outros vereadores pareciam calmos, os únicos que demonstravam alguma agitação eram Eduardo Pereira Barbosa, vice-presidente da Câmara e Aristides Gonçalves de Oliveira, líder do Governo. A leitura do relatório obedecia a um revezamento entre os vereadores Sebastião da Fonseca Leal e Thaís Kênia Castelo Branco.

Quando foi apresentada a lista dos indiciados, não houve qualquer manifestação da plateia. Havia uma curiosidade natural com a atenção voltada para o telão instalado na parede interna da Câmara. Nem quando foi anunciado o nome do prefeito Adair Divino da Silva como primeiro indiciado com base em oito irregularidades que teria cometido a maioria baseada na lei 8.429/92, que trata da Improbidade Administrativa, a plateia não se manifestou.

Em um clima de calma absoluta, a simples leitura do documento demorou mais de uma hora e aponta as supostas irregularidades: no pagamento dos subsídios do prefeito e do viceprefeito; nos pagamentos dos subsídios dos secretários municipais não ocupantes de cargos efetivo; nos pagamentos dos secretários municipais ocupantes de cargos efetivos; nos pagamentos dos servidores municipais efetivos beneficiados pelo instituto do apostilamento; na contratação temporária por excepcional interesse público; na realização e/ou pagamento de horas extras em desconformidade com a

legislação municipal e com as normas e princípios que regem a administração pública; na contribuição previdenciária ao IPREM, além de outras irregularidades.

Relatório indicia 13 pessoas

A CPI indiciou 13 pessoas, inclusive o prefeito, apesar de o vereador Sebastião da Fonseca Leal, relator, ter afirmado na abertura dos trabalhos que não tinha sido encontrado nenhum fato que o envolvesse diretamente. Além disso, apresenta no ítem 6.1.1 outras situações a serem averiquadas e corrigidas pelo Executivo Municipal', com uma lista de mais de 50 pessoas.

Os indiciados pela CPI são:

- 1) Adair Divino da Silva;
- 2) Lucimeire Gomes Nascimento Santos;
- 3) Ana Paula Aparecida Moreira;
- 4) Ludiane Gomes Nascimento;
- 5) Neide Vicente de Souza;
- Milton Mendes Vieira;
- 7) Euzenir Rodrigues Brandes; 8) Cássia Magali Nascif Gonçalves;
- 9) Niator Figueiredo;
- 10) Joana Darc Silveira Macedo;
- 11) Geraldo Teixeira Leite;
- 12) Ione Nascimento Lima Passos:
- 13) Carmem Lúcia Alves de Moura.

As irregularidades que teriam sido praticadas pelo prefeito

De acordo com o relatório da CPI, o prefeito Adair Divino da Silva cometeu oito modalidades de irregularidades: negligência na aplicação de recursos públicos; ordenar despesas sem o devido controle; apropriação de recursos do IPREM – Instituto de Previdência Municipal, falsidade ideológica entre outros. Por esta razão estaria incurso na Lei 8.429/92, que trata da Improbidade Administrativa, como a maioria das outras pessoas.

'Outras situações a serem averiguadas e corrigidas pelo Executivo Municipal'

Esta lista com mais de 50 pessoas não foi acolhida pelo JTM por se tratar de uma questão polêmica que fere a ética do jornalismo. Os manuais de redação dos grandes jornais recomendam este

tipo de comportamento quando não se tem certeza absoluta da culpa ou envolvimento das pessoas em atos ilícitos com o objetivo de não causar dano à sua imagem. O relatório da CPI pede 'a averiguação de outras situações'. Portanto, não é conclusivo. Por esta razão o JTM não divulga os nomes das pessoas citadas, justificando esta atitude pelo fato de ser um documento impresso entregue na mão das pessoas, com uma grande tiragem: cinco mil exemplares. Cada meio de comunicação tem a sua característica: o rádio trabalha com palavras ao vento. A televisão utiliza o recurso da imagem para calcar o texto de uma matéria. A internet faz um jornalismo virtual, onde se pesquisa determinado assunto. Com o jornal impresso é diferente: o que está escrito permanece. E não se pode brincar com nomes e pessoas que não têm culpa formada.

O caso dos indiciados é diferente. Foram encontrados indícios da sua participação em algum tipo de irregularidade. Neste caso é perfeitamente aceitável que se publique os nomes. Mesmo assim, devem ser ouvidos para dar a sua versão. O JTM tentou fazer isso, mas conseguiu falar apenas com a Dra. Cássia Magali Nascif Gonçalves, Niator Figueiredo e Joana Darc Silveira Macedo.

Os encaminhamentos

O relator da CPI, Sebastião da Fonseca Leal, fez os encaminhamentos necessários. Os mais importantes foram:

- 1) Encaminhar o relatório final da CPI e seus anexos ao Prefeito Municipal, para que tome as providências sugeridas;
- 2) Encaminhar o relatório final da CPI e seus anexos ao representante do Ministério Público junto à Comarca de
- 3) Encaminhar o relatório final da CPI e seus anexos à Promotoria Especializada de Crimes de Agentes Políticos Municipais;
- 4) Encaminhar o relatório final da CPI ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com pedido de realização de auditoria nas despesas com pagamento de pessoal, no período de janeiro de 2009 a 31 de março de 2011.

07

Personagens da CPI

















Relatório foi aprovado por unanimidade

Os vereadores na tribuna

Luís Nascimento Gaia: "Parecia que era uma única pessoa. Apareceram quase cem. Quem deve vai ter que pagar".

Aristides de Oliveira: "O relatório está muito bem feito, mas peço adiamento da votação para a próxima sessão, dia 20"

Sebastião Gonçalves: "Agradeço os servidores da casa. O prefeito não teve nenhum envolvimento direto. Sofremos pressões e procuramos ser honestos".

Lourinaldo Lucena (ITA): "Fizemos tudo com transparência e clareza".

Thaís Kênia Castelo Branco: "393 mil reais vão ter que ser devolvidos aos cofres públicos. Destaco o trabalho de noites e dias da Rosângela, dr. Vicente e de todas as pessoas que ajudaram a fazer este relatório. Declaro meu voto a favor".

Eduardo Pereira Barbosa: "Tivemos uma reunião pacífica, pois se apurou tudo. Tomei conhecimento do relatório hoje e fiquei surpreso com alguns fatos. Devemos atribuir a responsabilidade à administração municipal. Cabe aprovar o relatório e encaminhar para o Ministério Público para que a Justiça seja feita".

Sebastião Leal: "A comissão foi imparcial. Atrasamos a leitura do relatório em respeito ao prefeito pela tragédia que aconteceu com sua família".

O vereador Júlio Murilo dos Santos não fez declaração alguma. Preferiu o silêncio.

A votação do relatório

O relatório foi encaminhado para votação, quando o vereador Aristides de Oliveira pediu vista ao processo. Este foi o momento mais agitado da reunião. A maioria dos vereadores defendeu a votação imediata do relatório alegando que o prazo de vigência da CPI expirava no dia 26 de agosto e não poderia ser estendido até a próxima reunião ordinária, prevista para se realizar no dia 29. O presidente Luís Nascimento Gaia interrompeu a reunião por dez minutos e disse: - Estou

aqui. Posso até errar, mas erro enganado. Eu não erro. Como tem um vereador que entende diferente, vamos ouvir o procurador da Câmara. Se couber vista, vou conceder. Se não, não vou conceder.

Quando reiniciou a sessão Gaia declarou: - Chegamos a um consenso de votar o projeto de resolução que aprova o relatório.

Antes da votação Aristides Oliveira disse: "Vou votar junto. Vou votar a favor do povo. Todo mundo tem direito a 13° salário. A empresa contratada para fazer o relatório custou 35 mil reais, enquanto a empresa que está fazendo a auditoria na prefeitura, um levantamento de 10 anos, custou 25 mil reais. Quem fez o relatório da CPI é do PT, cujo sócio é o irmão da vereadora Thaís. Fui eleito pelo povo. Isso é imoral. Isso é indecente".

O vereador Mozair Esteves completou: Sabemos que é uma coisa difícil. Está apurado. As pessoas que devem tem que pagar. Discuto a questão de 1/3 de férias. Vou votar a favor. Quem se sentir prejudicado recorra à Justiça.

Finalmente o projeto de resolução foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Encerrando a sessão o presidente Luís Nascimento Gaia afirmou: - Ficamos felizes com a presença de vocês. Quero dizer que tenho fidelidade. No início eram três pessoas, agora são mais de 80 envolvidos.

A repercussão do relatório



O relatório da CPI teve repercussão imediata. O presidente do PT, Adenilson Rubim declarou: - O relatório poderia ter evitado os nomes de determinadas pessoas que não foram indiciadas.

O presidente do PMDB, Vicente Resende, foi cauteloso e disse: - A CPI cumpriu seu objetivo, mas não deveria

ter exposto os nomes de pessoas sem a certeza absoluta da sua participação em alguma irregularidade.



O documento caiu como uma bomba dentro da prefeitura. A maioria das pessoas não aceitava o envolvimento do seu nome com a corrupção instalada na Divisão de Recursos Humanos. Uma delas, que não quis se identificar, disse chorando ao repórter do JTM: - acabaram comigo e não tenho nada a ver com isso. Estou envergonhada ver o meu nome exposto dessa forma.

A dra. Cássia Magali Nascif Gonçalves, Procuradora Geral do Município, uma das pessoas indiciadas, declarou ao JTM: - Graças a Deus nunca recebi um centavo indevido. Tenho uma certidão da Divisão de Recursos Humanos que comprova que meus recebimentos foram legais e corretos.



Niator Figueiredo, Secretário de Assistência e Promoção Social, um dos indiciados, afirma indignado: - Meu nome foi usado politicamente. Não fui ouvido pela CPI e nem tive direito de defesa. Tenho 20 anos de vida pública. Recebi férias prêmio porque tenho direito. Criaram uma cortina de fumaça para acobertar os verdadeiros culpados da corrupção na Divisão de Recursos Humanos. O ato da CPI de incluir o meu nome e de outras pessoas que não estão envolvidas foi uma covardia. Já estou inscrito para me defender na tribuna livre da próxima sessão da Câmara. Vou falar e apresentar documentos que provam a minha inocência. Além do meu nome e da minha família, tenho apenas uma casa e um carro velho. Mais nada.

Às 18h30min do dia 25 de agosto, mais de 40 pessoas se encontravam reunidas no SINDITREMA para decidir o rumo que vão tomar para uma ação coletiva por danos morais.

- Duas das proposições a serem votadas são a retirada da parte do relatório que envolve pessoas sem indícios formais de culpa e uma representação junto à imprensa para não citar os nomes dessas pessoas – declara Rubens Gonçalves Dias, presidente do sindicato dos servidores.

Os vereadores Sebastião Gonçalves e Lourinaldo Lucena (ITA) tentam consertar os estragos, propondo uma emenda ao relatório.

Aristides de Oliveira, Líder do Governo na Câmara Municipal, diz "vou retificar o meu voto. Fui induzido a votar a favor do relatório. Fui enganado". ■





Se você acredita em jornalismo sério, ético e independente, leia o Jornal de Três Marias.

Jornal de **Três Marias** O jornal da verdade



O estilo Gaia de fazer política

Luis Nascimento Gaia faz parte de um perfil de político muito comum no Brasil, principalmente nas cidades do interior onde o voto é disputado de forma clientelista. Em Três Marias ele vem se elegendo sucessivamente com o apoio da família e de pessoas que sempre devem a ele um favor ou um benefício conquistado com a sua influência política.

Na eleição de 2008 teve mais de 40 votos da família de Ana Paula Aparecida Moreira, a enfermeira que se viu envolvida no escândalo de corrupção implantado na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura. Ele disputa o voto sem se importar em invadir redutos de companheiros de partido.

Duas filhas ocuparam cargos importantes da Prefeitura e da Fundação de Saúde: Lucimeire Gomes Nascimento ocupava o cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura até estourar o escândalo que a envolveu e causou a sua demissão em março de 2011.

Ludiane Gomes Nascimento ocupava o cargo de chefe do Setor de Enfermagem do Hospital São Francisco, de onde supostamente comandava o esquema de corrupção e a 'farra' das horas extras colocadas na folha de pagamento de subordinados. Foi o que concluiu o relatório final da CPI instalada na Câmara Municipal de Três Marias,

encerrada no dia 22 de agosto, com o indiciamento de suas duas filhas com base na Lei 8.429/92, que trata da Improbidade Administrativa. Além do indiciamento das duas, o relatório sugere a possibilidade de o esquema funcionar em outros casos parecidos com o de Ana Paula Aparecida Moreira.

O texto do relatório da CPI, à página 44, no item 5.6.2, apresenta a seguinte redação: "pagamento de horas extras não realizadas, como parte do esquema de favorecimento indevido de servidores, envolvendo a enfermeira Ana Paula Aparecida Moreira, a ex-chefe da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, Lucimeire Gomes Nascimento Santos, e a enfermeira da Fundação de Saúde, Ludiane Gomes Nascimento Cardoso, não podendo ser descartada a hipótese de esquema semelhante envolvendo outros servidores".

O item 5.8.3, na página 45 do relatório, confirma isso ao citar o "pagamento de valores indevidos a outros servidores, nos moldes semelhantes aos pagamentos indevidamente realizados à enfermeira Ana Paula Aparecida Moreira, em triangulação, visando ao beneficiamento de outras pessoas, além do próprio servidor em cuja folha eram lançadas as horas extras indevidas".

A entrevista de Ana Paula Aparecida Moreira, na página 3 desta edição especial, revela com clareza como funcionava o esquema. A fartura de documentos apresentados pela enfermeira não deixa dúvidas.

Segundo a enfermeira, as ameaças patrocinadas por Ludiane Gomes Nascimento fizeram com que Ana Paula Aparecida Moreira se submetesse ao esquema para não perder o emprego. As transferências entre contas, os cheques nominais e as mensagens no celular dizem tudo: a enfermeira teria se tornado refém do esquema, apesar de ter feito a devolução aos cofres públicos de dos primeiros valores excedentes que apareceram no seu contra cheque.

Luís Nascimento Gaia teria dificultado ao máximo a instalação da CPI, faltando à primeira reunião e tumultuando a sessão do dia 28 de março de 2011. Quando percebeu que a criação da CPI era inevitável mudou de postura e 'deu todo apoio à apuração dos fatos'. Sabia que teria que cortar na própria carne para manter o poder político.

Ameaças para manter o emprego da filha

Fatos ocorridos na semana anterior à divulgação do relatório da CPI revelam o estilo de Gaia fazer política. Sua filha Ludiane Gomes Nascimento se encontrava de licença maternidade. Para garantir seu lugar no hospital, quando saiu em licença maternidade, teria trazido de Belo Horizonte uma cunhada de nome Ana Paula. Deveria voltar ao trabalho no dia 1º de agosto.

Ao invés disso prorrogou sua licença por mais 15 dias, adiando seu retorno para o dia 19. Enquanto isso o pai lutava ferozmente para manter a filha no cargo. De acordo com fontes da Prefeitura, pressionava de todas as formas para conseguir seu objetivo.

A dra. Cássia Magali Nacif Gonçalves, Procuradora Geral do Município e diretora da Fundação de Saúde, resolveu fazer uma reunião com toda a equipe do hospital para dar respaldo político a uma decisão que já tinha tomado: a demissão imediata de Ludiane, de acordo com a orientação do Prefeito Adair Divino da Silva.

A reunião realizada no dia 15 de agosto constou de ata lavrada pela dra. Cássia Magali Nacif Gonçalves. A equipe do hospital se posicionou frontalmente contra o retorno de Ludiane Gomes Nascimento. Algumas pessoas teriam manifestado a sua opinião publicamente. Foi que bastou para que o vereador Luis Gaia ameacasse de morte três enfermeiras, que teriam ficado apavoradas. O caso terminou na Delegacia de Polícia com o registro de um boletim de ocorrência, no dia 17 de agosto, por volta das 17h00. O BO diz 'que as enfermeiras receberam amea ças telefônicas'.

Ao tomar conhecimento deste fato grave, o prefeito Adair Divino da Silva determinou a demissão imediata da funcionária. •



Ludiane volta ou não volta?

Luis Gaia teria pressionado de todas as formas

O dia 18 de agosto prometia: seria o capítulo final, mas não foi.

Luís Nascimento Gaia tentou evitar, de todas as formas, que a demissão da filha fosse consumada. Quando percebeu que era irreversível, teria solicitado que ela tivesse um tratamento especial: que a carta de demissão fosse levada até sua casa para evitar constrangimento.

Assim que recebeu a carta, Ludiane teria se recusado a assinar sob a alegação de que se encontrava doente.

Com isso foi encerrada uma semana de ameaças e perseguição supostamente patrocinadas pelo pai.

No domingo, dia 21, Ludiane apresentou um atestado médico que impediria a sua demissão. Na segunda feira, 22, teria recuado e resolvido aceitar a demissão. Pegou de volta o atestado e finalmente foi demitida. A demissão ficou valendo com data retroativa ao dia 19 de agosto.

A entrevista que não aconteceu

Depois da apresentação do relatório da CPI, o presidente da Câmara, Luís Nascimento Gaia telefonou para o repórter do JTM dizendo que a sua filha, Lucimeire Gomes Nascimento queria dar uma entrevista para o jornal. O repórter se colocou à disposição e foi marcado um encontro para o dia seguinte, 23 de agosto. Gaia falou: - Ela

quer sair na capa do jornal.

No final da conversa, Gaia sugeriu que a entrevista fosse realizada no seu gabinete na Câmara.

O repórter ligou no dia seguinte como tinha sido combinado. Gaia disse:

- Ontem a gente estava muito nervoso e 'Meirinha' queria falar de qualquer jeito. Depois a gente pensou melhor e resolvemos não dar a entrevista.

O repórter disse que se encontrava à disposição caso resolvessem falar. O assunto morreu nessa conversa.

Gaia teria comemorado o resultado da CPI

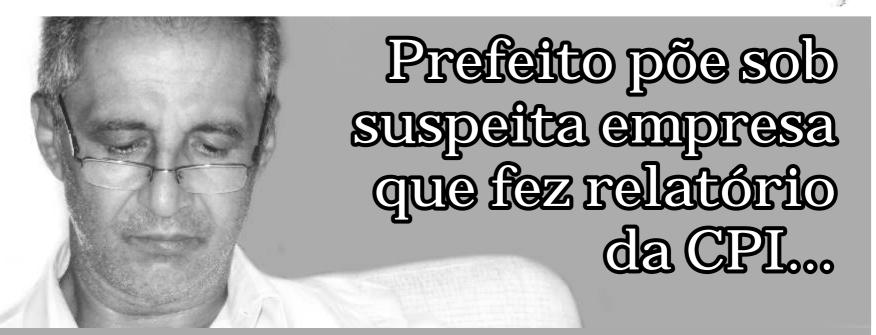
Ao final da sessão da Câmara Municipal de Três Marias, onde o relatório da CPI foi aprovado por unanimidade, a fala de Gaia foi reveladora: - Antes eram três pessoas. Agora são quase cem.

As atenções se voltam para os desdobramentos deste episódio político, que gerou um desgaste quase intransponível entre Gaia e a administração municipal. Resta saber se ele vai permanecer na base de apoio do governo ou se vai caminhar junto com a oposição.









... e condena a divulgação de nomes de pessoas inocentes

"Teve gente que chegou

ao ponto de quase

desmaiar de desespero,

dor e vergonha.

Isso é lamentável!"

Da redação

O prefeito de Três Marias, Adair Divino da Silva foi o primeiro entrevistado na primeira edição do JTM. Nesta sétima edição ele fala sobre o relatório da CPI, apresentado e aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Três Marias. O prefeito conversou um pouco sobre a tragédia que aconteceu com sua família, na qual faleceram sua mãe e sua filha, há pouco mais de trinta dias. Esta foi a primeira entrevista que ele concedeu a um órgão de imprensa, depois da tragédia que comoveu a cidade.

Adair Divino da Silva, mais conhecido como 'Bentivi', nasceu em Buenópolis, mudou-se para Três Marias em maio de 1981 com 19 anos. Aqui constituiu família – tem mais de 30 anos que mora na cidade. Eleito o vereador mais votado da cidade no ano 2.000, com 822 votos. Em seguida se elegeu prefeito em 2004 e foi reeleito em 2008.

JTM: Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre o relatório final da CPI encerrada no dia 22?

Prefeito: Primeiramente quero destacar da Câmara que tem de fato o papel e o dever de fiscalizar o executivo. Mas quero questionar a forma de contratação da empresa de auditoria que foi feita de forma equivocada, errada. Não fizeram licitação e que não venham me dizer que a urgência exigia isso.

Outra coisa mais grave: a empresa é ligada ao PT e um dos seus sócios é um ex-prefeito de Três Marias. Isso nos causa estranheza. Será que somente esta empresa poderia fazer o trabalho? Ficou claro que o contrato foi para favorecer o grupo do PT, para comprometer o prefeito e a administração toda.

JTM: Gostaria que comentasse o conteúdo do relatório. O que achou? Prefeito: Não quero tirar o mérito do trabalho, ele tem algumas coisas positivas. Mas tem outras coisas absurdas quando pretende envolver

mais de 50 pessoas da administração. São pessoas efetivadas, comissionadas, que trabalham em cargos técnicos. Pessoas que se sacrificam no dia a dia, que dão o sangue no trabalho. Não só da minha administração. Com elas cometeram a maior injustiça da história. Expuseram nomes de pessoas inocentes perante a sociedade. Isso é inadmissível.

JTM: Como é que você vai fazer com esta situação complicada?

Prefeito: Como chefe do executivo tenho que defender essas pessoas. Passei a terça feira inteira, tentando consolar as pessoas atingidas. Fiz várias reuniões para acalmar o pessoal. Teve gente que chegou ao ponto de quase desmaiar de desespero, dor e vergonha. Tive que conversar até com as famílias de algumas pessoas. Isso é lamentável!

Foi um ato irresponsável do relator da CPI o fato de incluir no documento este tipo de gente, considerada inatacável.

Ele causou um estrago muito grande. E

eu não posso me calar diante dessa situação. Eu preferia que o relator tivesse pedido neste relatório a minha cassação, do que incluir pessoas inocentes da forma que fez.

JTM: Gostaria que contasse um caso, sem citar o nome?

Prefeito: Teve gente, seis servidoras, que não conseguiram levantar da cama e não tiveram coragem de sair de casa. De colocar o pé na rua. Eu disse para elas: - vocês não tem que se envergonhar de nada.

JTM: E as oito irregularidades que a CPI apontou contra o senhor?

Prefeito: Vou responder de cabeça erguida. Quero deixar claro para toda a cidade que quem denunciou tudo fui eu. Fui à casa do promotor e denunciei tudo. Sempre rezei na cartilha da ética e da moralidade. Não vou compactuar com nada e quem deve vai ter que pagar.

JTM: Como o esquema foi descoberto?

Prefeito: Fui eu quem descobriu por acaso. Em 20 de janeiro, já ciente da queda de receita, eu tinha que tomar providências para reduzir despesas de pessoal. Quis saber a economia que faria se demitisse vinte dos 26 servidores do hospital e também de 40 guardas municipais. Com a lista nas mãos, cheguei à conclusão que poderia reduzir 32 mil na demissão dos guardas. Ao analisar a relação dos servidores do hospital me deparei com um salário de 8 mil reais de uma servidora. Achei estranho, pensei que era erro de digitação. Resolvi pedir mais dois contra cheques e comprovei a corrupção. Fiquei sabendo desse jeito.

Dessa forma descobri quem estava sendo beneficiada com o esquema de corrupção.

JTM: Qual foi a providência tomada?

Prefeito: Comecei uma investigação inter-

na. O meu primeiro ato foi exonerar a pessoa. Tranquei a sala da Divisão de Recursos Humanos e levei a chave para casa. Eu tinha que entregar alguns documentos solicitados pelo dr. José Antônio e a Divisão de recursos Humanos ia trabalhar no fim de semana para cumprir o prazo. Pedi mais prazo a ele e fiz a denúncia do que estava acontecendo.

JTM: Pelo que sabemos tinha mais gente envolvida?

Prefeito: Tinha sim! Pedi a esta outra pessoa que viesse até a prefeitura para se explicar. Ela negou tudo, dizendo que não tinha conhecimento de nada. Afirmou que quem cuidava das suas coisas era a funcionária da loja onde trabalhava. Mostrei para ela tudo e sai da sala. No dia seguinte ela voltou e confessou. Disse que negou porque

tinha ficado com vergonha. Ela confirmou tudo para a dra. Cássia e denunciou as outras duas que participavam do esquema.

JTM: Foi isso que gerou aquela denúncia do SINDTREMA ao Ministério Público?

Prefeito: Foi. Ao Ministério Público e à Câmara Municipal que começaram a investigar o caso. Depois eu abri um processo licitatório para fazer uma auditoria na prefeitura. O promotor me recomendou que fizesse uma licitação e foi o que fiz. Quatro empresas participaram da licitação e nem sei quem ganhou.

JTM: Pois é prefeito. E daqui para frente? Como é que vai ficar?

Prefeito: Eu me preocupo muito com estas pessoas que foram citadas injustamente, pois gerou um desconforto muito grande. Como prefeito e administrador deste município, tenho que ter equilíbrio para conduzir este processo para que tudo isso termine em paz.

Vamos apurar, sem dúvida, as irregularidades. Quem recebeu a mais vai ter que devolver aos cofres públicos. Quem errou vai ter que pagar. Este é o meu compromisso.

JTM: O seu mandato termina no ano que vem. A crise política vai atrapalhar alguma coisa?

Prefeito: Acho que não. Preciso terminar meu mandato em paz. Peço a Deus que me proteja e à minha família. Proteja as pessoas que covardemente foram envolvidas. E que projeta até mesmo os indiciados, pois ninguém é Deus para julgar as pessoas. Espero que a Câmara reveja as injustiças cometidas para que eu possa terminar o mandato em harmonia e que esta cidade seja cada vez melhor.

Este sempre foi o meu objetivo. Sempre procurei dar este exemplo. As pessoas sabem da minha idoneidade. Sabem do meu compromisso com esta cidade. >



"Eu preferia que o relator tivesse pedido a minha cassação, do que incluir pessoas inocentes da forma que fez"

Adair Divino da Silva

Quando terminar o seu

mandato para onde vai?

"Para onde me mandarem.

Vai depender do próximo

prefeito. A minha vontade é

voltar para onde comecei:

para o transporte, para a

garagem."

Adair Divino da Silva

JTM: Onde você nasceu? E quando veio para Três Marias?

Prefeito: Sou de Buenópolis. Cheguei aqui com 19 anos, há mais de 30 anos. Constitui família. Perdi a metade de um braço trabalhando por esta cidade. Foi no dia 6 de agosto de 1985. Vou te falar. É uma coisa que a gente não esquece. Este foi um dos maiores sofrimentos da minha vida. Tenho sofrido muito. Perdi minha mulher em um acidente. Recentemente perdi minha mãe e minha filha. Tenho pedido a Deus força para trabalhar e superar. Peço a Deus sabedoria para enfrentar tantas dificuldades pessoais e esta crise na Divisão de Recursos Humanos. Tenho que ter serenidade neste momento de investigação e ser o principal conciliador para buscar a paz.

JTM: Já que tocou neste assunto da tragédia, qual foi a sua reação quando viu a cidade parar?

Prefeito: Fiquei sem reação naquele momento. Foi uma coisa que nem tenho condição de agradecer. O apoio dos amigos, da família, das pessoas mais próximas e a solidariedade das comunidades. O apoio das pessoas que vieram a pé de todos os bairros para ir até lá Câmara me dar um abraço. Foi muito gratificante. Quero dar os parabéns a você pelo Jornal de Três Marias. Através de você, parabenizo todos os meios de comunicação da cidade que trabalham no exercício da informação correta. Principalmente a você pela forma que trabalha, pela solidariedade a mim prestada neste momento de dor.

JTM: Vai ter mais demissão na prefeitura por causa do relatório da

Prefeito: Vou ter que aguardar a conclusão do Ministério Público e o resultado da auditoria que contratei.

JTM: E como fica a administração da cidade?

Prefeito: Três Marias desponta em vários setores. Em quase sete anos de governo, se estivesse encerrando a administração hoje, estaria frustrado com o que não consegui fazer. E feliz com tudo que foi possível realizar. Percorremos um longo caminho de resultado extremamente positivo. Quando assumi em 2005, a saúde era um caos. O hospital não tinha credibilidade e nem condição de atender as pessoas. Reconheço que temos que fazer mais pela saúde, apesar de ter feito muito investimento em profissionais contratados. Tenho que agradecer o esforço das pessoas, da equipe médica e dos profissionais que trabalham no hospital pela vontade política de melhorar. É gratificante ver tudo isso.

JTM: E nos outros setores?

Prefeito: Digo a mesma coisa. A Assistência social é uma referência nacional. A cidade é hoje um modelo nacional. Outro dia Três Marias foi agraciada com um projeto singelo, mas

importantíssimo, que

visa resgatar a identidade local e trabalhar a juventude em situação de risco. Este projeto veio para cá pela qualidade do trabalho que a cidade apresentou através da Cléria. Três Marias foi a única cidade do Brasil a ser agraciada com este projeto da secretaria nacional de Igualdade Racial. O valor inicial é relativamente pequeno: R\$500.000,00 para serem aplicados em dez meses. Com isso Três Marias vira vitrine nacional. E este projeto tem a possibilidade de crescer e ser

trabalho.

do campeonato internacional de barco a vela. Iam escolher uma cidade do litoral para realizar o evento. E ele

acabou vindo para Três Marias, pelo esforço do Elias. Para este campeonato já temos mais de 400 inscritos. Isso coloca a cidade na vitrine internacional. Na verdade temos trabalhado em todos os setores. A zona rural está bem por

mérito do Luís Bertier. A prefeitura nunca parou de trabalhar. Nem com a queda de arrecadação e nem com a crise política criada pela CPI. Isso é vontade política para resolver as coisas.

Lembro-me de Joaquim Cândido, mesmo derrotado na política, ele chegou na garagem, e ainda queria asfaltar a rua Curvelo, mas estava vendo que não ia conseguir por que não tinha dinheiro. Ele chorou e eu chorei

assumido com uma comunidade.

Hoje tenho o mesmo sentimento: tem muita coisa que não vou conseguir fazer, mas fiz muito. Fiz o que podia. E ainda vou fazer o que puder.

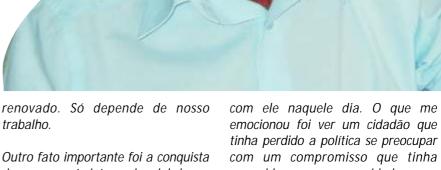
JTM: Tem mais alguma a dizer?

Prefeito: Nunca abri mão do meu compromisso com a cidade. Mesmo com tudo que aconteceu nos últimos tempos: investigação, tragédia familiar e dificuldades financeiras para fazer as coisas. A única coisa que quero é terminar o meu mandato e que as pessoas possam avaliar o que consegui

Estou certo de uma coisa: não sou perfeito, mas sempre procurei fazer as coisas da forma mais perfeita. Quando terminar meu mandato vou voltar a ser um servidor.

JTM: Quando terminar o mandato para onde vai?

Prefeito: Para onde me mandarem. Vai depender do próximo prefeito. A minha vontade é voltar para onde comecei: para o transporte, para a garagem.





o doce sabor do pecado venha se surpreender

















Se você precisa de madeira tratada com alta densidade e maior durabilidade, o Viveiro Boa Vista tem. Se o seu problema é mourão e esticadores para cerca, peças para varanda, curral, caibros, terças e linhas para construções rurais e urbanas, o Viveiro Boa Vista tem. Faça um orçamento e compare os preços. Entrega gratuita na sua obra, dentro do perímetro urbano.

Procure o Viveiro Boa Vista.

(38) 8818.1062 (33) 9104.9357

Matriz: Rua Governador Valadares, 238 – Centro – Capelinha/MG CEP: 39.680-000 - Telefax: (33) 3516.1377 | (33)91394224

Filial: BR - 040 km 282, em frente ao Jardim dos Pescadores - Três Marias/MG CEP: 39.205-000 - Telefone: (38) 88181062 | (33)91049357





(38) 3754-2222

Rua Prefeito Adão de Almeida e Silva, 28, Centro Três Marias - MG - CEP: 39.205-000





Fone: (38) 3754-2159

R. Marechal Deodoro, 38 - Centro - Três Marias/MG







visualartesmg.com.br